



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

SIGNIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES PARA

PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

YARA RIBEIRO DA SILVA

ORIENTADOR(A): FRANCISCO REGINFO HERRERA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

YARA RIBEIRO DA SILVA

**SIGNIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES PARA
PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Francisco Rengifo Herrera

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

YARA RIBEIRO DA SILVA

**SIGNIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES PARA
PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

FRANCISCO REGINFO HERRERA

NOME DO ORIENTADOR (Orientador)

FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER-NASCIMENTO

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

YARA RIBEIRO DASILVA

NOME DO ALUNO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por te me propiciado saúde para a realização desse trabalho, a minha família e ao meu noivo pelo apoio e pelas palavras de incentivo e ao meu orientador pela indicação das leituras e pela ajuda no decorrer da produção desta monografia.

RESUMO

Este trabalho busca pesquisar como são significadas as políticas públicas voltadas para a formação continuada do educador que se encontra em classes inclusivas pelo olhar daqueles que trabalham com essas políticas. Para tal fim, a metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada, na qual os profissionais podiam se sentir à vontade para expor a opinião. Durante a pesquisa e como resultado foi perceptível que os agentes públicos percebem essas políticas por um viés positivo, contudo reconhecem que muito ainda precisa ser melhorado para uma inclusão efetiva.

Palavras-Chave: Significação, Formação dos Educadores, Políticas Públicas, Inclusão.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
	2.1 Aspectos Gerais sobre as Políticas Públicas e a Necessidade Educacional Especial.....	10
	2.2 Os processos de significação como expressão da subjetividade	12
	2.3 O Ministério da Educação a partir das políticas públicas voltadas para a inclusão e seus agentes	15
3	OBJETIVOS.....	18
	Objetivos Geral e Específicos	18
4	METODOLOGIA	19
	4.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia.....	19
	4.2 – Contexto da Pesquisa	20
	4.3 – Participantes.....	20
	4.4 – Materiais.....	20
	4.5 – Instrumentos de Construção de Dados.....	20
	4.6 - Procedimentos de Construção de Dados	21
	4.7- Procedimentos de Análise de Dados	21
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICES	29
	APÊNDICE A	37
	APÊNDICE B	40
	APÊNDICE C	43
	ANEXOS	49

1 APRESENTAÇÃO

A minha trajetória profissional na área de políticas para o ensino superior fez com que realizasse o curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar – ESDH. A questão das políticas de inclusão e a existência de leis que propiciam a prática dessas políticas sempre foram aspectos que despertaram minha atenção. A partir dessa observação surgiu a percepção de que para o oferecimento de uma educação de qualidade aos alunos com deficiência são necessários além de profissionais capacitados, preparados para essa realidade, uma família estruturada em termos afetivos e sociais, bem como de políticas que ajudem na organização ao apoio para esses serviços. Certos de que a oferta de possibilidades de estudo e de futuramente terem acesso ao nível superior e principalmente uma permanência no Ensino Superior com possibilidades de conclusão do curso.

Os aspectos de desenvolvimento humano não deverão ser considerados apenas em questões externas como políticas nem internas como processos individuais. Analisar as ações educacionais e de desenvolvimento exige considerar múltiplas faces, camadas e relações construídas pelos indivíduos.

A partir da ideia da oferta de uma educação de qualidade aos alunos com deficiência, é perceptível a necessidade da harmonia no tripé, família, escola e políticas. Acredita-se que essa harmonia pode viabilizar uma ação efetiva no auxílio a esses alunos. Com base nesse contexto surgiu a inquietação sobre quais seriam as políticas públicas em relação ao ensino de crianças com algum tipo de necessidade educacional especial de ensino e, principalmente, qual seria a visão dos profissionais que trabalham efetivamente com essas políticas.

Em relação ao ponto de vista das políticas, devido ao reconhecimento de que a formação do professor é muito importante na oferta de serviços especializados, o ponto a ser pesquisado constituiu-se na investigação das ações desenvolvidas para a formação do professor e como o agente percebe essas ações e sua efetividade.

Dessa maneira, pretende-se com este trabalho conhecer como está sendo significada a política pública visando às ações desenvolvidas para a formação do professor segundo a percepção dos que trabalham tão próximos dessas políticas e como eles colocam-se diante das ideias de inclusão.

Assim a monografia está organizada em duas partes, a primeira referente à fundamentação teórica, organizada em três capítulos, e a segunda referente à descrição do método de pesquisa.

De forma que o primeiro capítulo da fundamentação teórica resgata a discussão sobre os aspectos gerais das Políticas Públicas e a Pessoa com Deficiência, o segundo caracteriza como um exercício de reflexão sobre os processos de significação como expressão da subjetividade e o terceiro aborda o Ministério da Educação a partir das Políticas Públicas voltadas para a inclusão e seus agentes públicos.

Na segunda parte deste estudo, descreve-se a metodologia de pesquisa na qual apresentamos a descrição do método, o contexto da pesquisa, os participantes, materiais, por fim, os resultados e sua discussão constituem a parte mais significativa deste estudo, no qual é analisado os dados da pesquisa de acordo com a fundamentação teórica apresentada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – Aspectos Gerais sobre as Políticas Públicas e a Pessoa com Deficiência

Pensar em políticas públicas não é fácil, principalmente quando se tem um público diversificado e amplo como é o público de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, por exemplo. É sobre esse público e as políticas voltadas para eles, especificamente em relação à formação continuada do professor, e à visão dos agentes sobre essas ações, o assunto abordado neste trabalho.

É interessante em um primeiro momento pensar a história das políticas públicas para pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil, como ocorreu essa evolução e a necessidade de se elaborar políticas públicas para esse público juntamente com uma educação diferenciada.

Com advento da tecnologia e a aparição de Guerras no século XX, houve a necessidade de se pensar o que fazer com as pessoas feridas que precisavam de reabilitação e a partir desse momento começaram as preocupações sobre políticas para essas pessoas no âmbito internacional. No Brasil, por sua vez, essa necessidade ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988, contudo a promulgação não foi suficiente e a regulamentação efetiva ocorreu por meio da Lei 7.853/89 por intermédio do Decreto 3.298, regulamentado dez anos após a criação da referida lei. Essa trajetória é um fato historicamente relevante, por possibilitar a concretização dos princípios constitucionais. Os quais buscam oferecer aos alunos com necessidades educativas especiais o direito ao acesso à escola e a uma futura profissionalização:

Constituição Federal - Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I – Da Educação

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo capacidade de cada um.

A Lei 7.853/89 por intermédio do Decreto 3.298 busca regulamentar os direitos da **pessoa com deficiência**¹objetivando integrá-las à sociedade.

¹Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

De acordo com Teixeira (2010, p. 80),

A Lei 7.853/89 enfatiza a educação especial como modalidade educativa, mas consolida esforços para inserção das pessoas portadoras de deficiência no âmbito do sistema regular de ensino, desde que capazes de se adaptar. Para Neri (2003), esse termo ‘desde que capaz de se adaptar’ enfatiza as questões de acesso a educação e vai ao encontro do princípio de integração escolar se opondo ao princípio de educação inclusiva que está por traz da Constituição Federal.

Devido a isso torna-se necessário a existência de Políticas Públicas, pois os dispositivos de lei oferecem aos deficientes o direito a ter acesso à educação, saúde, segurança e todos os direitos que as pessoas não deficientes têm, as políticas públicas, por sua vez, propiciam a prática desse direito às pessoas NEEs.

A partir desses pontos Teixeira (2010, p. 81), afirma que:

Visando consolidar ações de inclusão, o atual Governo oferece programas de incentivo e auxílio para que os Portadores de Deficiência sejam escolarizados e inseridos no meio acadêmico. Dentre esses programas, os mais relevantes são: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social na Escola (BPC), Projeto Educar na Diversidade, Programa Escola acessível, dentre outros.

Esses programas seriam uma forma de política pública buscando inserir os deficientes na sociedade e oferecendo-lhe o direito ao acesso às escolas. Contudo, o sucesso dessas políticas depende do olhar da sociedade, pois ocorre uma grande resistência por parte da sociedade, talvez por falta de conhecimento, quando as pessoas com deficiência têm vagas separadas em concursos públicos ou mesmo empresas, devido a se “priorizar a condição física em detrimento do mérito” (TEIXEIRA, 2010, p. 84).

A partir dessa ideia da resistência da sociedade em relação a algumas políticas públicas que objetivam amenizar as diferenças de condições de concorrência da pessoa com algum tipo de NEE ou deficiência para aquelas ditas normais, é importante refletir sobre a construção dessa resistência, ou seja, desse discurso com base no estudo da significação. A partir da compreensão sobre a significação será analisado também a visão dos profissionais que trabalham com as políticas públicas voltadas para a formação continuada do professor que trabalha em classes inclusivas. O conceito de significação será analisado com base na perspectiva da narrativa,

Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

que seria um movimento que se fortaleceu no século XX, no qual engloba áreas como antropologia, filosofia, linguística, teoria literária e psicologia.

2.2 – Os processos de significação como expressão da subjetividade

A construção de significados se dá a partir das práticas discursivas interacionais e dialógicas, especificamente, é possível perceber o processo de significação por meio das narrativas. De forma que essa construção de narrativas ocorre por meio da linguagem de maneira que, a linguagem seria a constituição de um meio de interação entre o sujeito e o meio em que ele se encontra, possibilitando a interação social. A qual seria “condição inevitável e necessária de inserção social do indivíduo enquanto participante de um processo histórico e cultural que o produz e é, dialeticamente, por ele produzido” (COLAÇO, 2004). Apud (DE CONTI, L. [21--], p.1).

Assim o processo cultural tem uma participação primordial na produção de significação, de acordo com Bruner (1997), que “vê a cultura como um complexo sistema simbólico imbricado no processo de construção de significados”. (DE CONTI, L. [21--]).

A significação envolve a maneira como construímos uma realidade, como experimentamos os contextos. Essa significação não é apenas cognitiva, bem como fenomenologia e emocional. Vivenciamos os espaços como significados/sentimentos que estão atrelados às formas de relação que temos construídos conosco, como os outros e com o mundo. Assim para a construção da significação são importantes a cultura e as interações sociais.

De forma que de acordo com De Conti ([21--], p.2), é por meio das interações sociais que ocorrem as práticas discursivas, as quais oferecem as ferramentas semióticas para que o indivíduo possa compreender o mundo a sua volta e produzir os significados acerca de suas vivências. A partir dessas experiências é elaborada a significação humana. Segundo Bruner (1997) apud De Conti ([21--], p.2), a significação humana é elaborada pela narração, “pois a narrativa possibilita ao sujeito interpretar os fatos vivenciados, construindo uma significação pessoal sobre eles e, assim, integrar um elemento novo perturbador no ordinário”.

É relevante pensar a significação por meio da narração devido ao fato de quando uma pessoa conta algo, ela organiza as ideias de acordo com seu ponto de vista, com sua maneira de perceber, compreender, assim, as pessoas significam o mundo de acordo com suas experiências sendo individual a forma de perceber o que acontece ao redor.

Por exemplo, duas pessoas que trabalham em um mesmo local poderão ter ideias diferentes sobre o mesmo assunto, ou seja, há uma possibilidade de elas significarem de forma diferente as informações as quais estão em contato cotidiano, ou até mesmo terem a mesma opinião.

Então quando alguém relata um fato passado essa pessoa apresenta juízo de valor ao ocorrido podendo ser um juízo de valor negativo ou positivo. É a partir da construção desse juízo de valor, que se constroem as opiniões, pontos de vista e principalmente as crenças de que algo é bom ou ruim ou está sendo ou não realizado da melhor maneira possível.

Assim, no momento que alguém está narrando algo, essa pessoa coloca juízo de valor em suas narrativas, demonstrando seu ponto de vista mesmo quando tenta ser imparcial, seus valores culturais afetam de uma maneira ou de outra suas opiniões.

Contudo o que seria a narrativa?

De acordo com De Conti ([21--], p.2),

Em princípio podemos dizer que narrativas são formas inerentes em nosso modo de alcançar conhecimentos que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos. Ou seja, estamos lidando primariamente não com um modo de representação, mas com um modo específico de construção e constituição da realidade.

Então, por meio das narrativas as pessoas estão constantemente construindo, reconstruindo e constituindo sua realidade. Modificando a todo o momento o ponto de vista com relação a alguma situação ou assunto.

De acordo com Lopes de Oliveira (2006, p.1), a narrativa apresenta-se de forma ampla com diversos “objetos e domínios de análise”, como objetos, pode-se pensar desde estruturas textuais como documentos de arquivos até trocas textuais e situações de comunicação social, por exemplo, discursos políticos, relatos autobiográficos, entrevistas, cartas dos leitores de um jornal, entre outros.

Assim, pode perceber-se que a narrativa encontra-se em quase todas as formas de expressão de opinião e que essas são influenciadas pelo contexto de vida do participante e por sua cultura.

De forma que de acordo com idem,

A mente, então constitui e é constituída pela cultura, sendo a construção de significação a mediadora entre a mente e cultura.

Bruner (2001) coloca que a Psicologia cultural vai estar interessada nas formas através das quais os seres humanos constroem significados nos contextos culturais onde estão inseridos.

De forma que se pode pensar que as pessoas a todo o momento estão significando algo, por um viés positivo ou negativo e essa significação mudará de acordo com o ambiente em que essas pessoas estão inseridas. Assim, acreditar na eficiência de uma política ou não, dependerá também do ambiente que essa pessoa se encontra, podendo sua opinião mudar de um viés negativo para um positivo apenas com a mudança de ambiente em que ela esteja. A mudança de ambiente pode ser constituída por mudança de local de trabalho, de estudo ou mesmo ciclo de amizades. Pois a significação de cada um pode vir a ser modificada mediante a opinião de outros.

Lopes de Oliveira (2012, p.2) afirma que,

Na forma de narrativas, orais e escritas, ouvimos e recontamos nossas histórias e, ao fazê-lo, tomamos consciência de nós mesmos e da própria historicidade em que as linhas sociais e pessoais de desenvolvimento se cruzam. Desse modo, as práticas que evocam narrativas pessoais têm o potencial de prover o que Chandler (2000) denomina uma coerência autobiográfica. A noção de coerência autobiográfica vem substituir uma visão una, permanente, singular, que costumava caracterizar as abordagens *caracterológicas* do *self*, por outra perspectiva, na qual se articulam continuidade e descontinuidade no delineamento de trajetórias de desenvolvimento.

Então quando as pessoas narram suas histórias ou colocam seu ponto de vista, de certo modo, elas refletem sobre sua realidade.

De acordo com, Ibidem, (p.3),

Em síntese, podemos dizer que a narração das experiências pessoais é um ato discursivo configurado em contextos de interação social complexos. A narrativa pessoal se refere, em geral, a uma fala organizada em torno de eventos consequentes. Um falante em uma conversação leva seu ouvinte a um tempo ou 'mundo' passado e recapitula o que aconteceu fazendo, em geral, uma reflexão moral sobre o evento. As pessoas narrativizam experiências particulares de suas vidas geralmente quando há uma ruptura entre o ideal e a realidade, *self* e a sociedade.

Assim sendo, a partir da narração das pessoas que trabalham com as políticas públicas no âmbito de formação de professores no Ministério da Educação buscar-se-á analisar como essas políticas são significadas para esses agentes públicos. Essa significação revela como elas se posicionam como indivíduos e não apenas como funcionários públicos. Embora existe uma

ideia generalizada da omissão por parte dos funcionários e do pouco envolvimento com os processos nos quais estão vinculados, devemos considerar como essas falas, relatos e narrativas aproximam-nos da forma como essas pessoas vivem as experiências e vivências do seu trabalho no cotidiano.

2.3 – Ministério da Educação a partir das Políticas Públicas voltadas para a inclusão e seus agentes públicos

O Ministério da Educação foi criado em 1930 com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, porém a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Por algum tempo os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligados ao Ministério da Justiça. A mudança organizacional ocorreu lentamente, e, até a data de 1953 a instituição era conhecida como Ministério da educação e saúde, porém foi dada uma autonomia à área da saúde e esse fato viabilizou o surgimento do Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. O Sistema Educacional Brasileiro até 1960 era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e somente em 1995, a instituição passou a ser responsável apenas pela área da educação.

Em uma trajetória de quase 80 anos, o Ministério da Educação atualmente busca promover um ensino de qualidade.

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o MEC reforçou uma visão sistêmica da educação, com ações integradas e sem disputas de espaços e financiamentos.

Em 2 de março de 2012, a Presidência da República publicou o Decreto nº 7.690, cujo teor aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, entre outras atribuições.

No artigo 1º, do anexo I do Decreto nº 7.690/2012 foi apresentada a natureza e a competência do Ministério da Educação. Sendo de grande relevância a apresentação desses assuntos com o objetivo de que haja a compreensão da forma como se organiza esse órgão responsável pelas políticas de educação: “I – política nacional de educação; II – educação infantil; III – educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino

superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação à distância, exceto ensino militar; IV – avaliação, informação e pesquisa educacional; V – pesquisa e extensão universitária; VI – magistério; e VII – assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes”.

A estrutura organizacional do MEC está dividida na forma disposta no anexo I, capítulo II, do Decreto n o 7.690/2012: Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado: Gabinete; Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Assuntos Administrativos; Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; e Diretoria de Tecnologia da Informação; e Consultoria Jurídica. Órgãos específicos singulares: Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Secretaria de Educação Superior; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior; Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino; Instituto Benjamin Constant; e Instituto Nacional de Educação de Surdos. Órgão colegiado: Conselho Nacional de Educação. (<http://portal.mec.gov.br>)

A Secretaria do MEC responsável pelas políticas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Essa Secretaria está organizada em diretorias, que por sua vez possuem coordenações. A Diretoria responsável pelas políticas voltadas à inclusão do deficiente é a Diretoria de Políticas de Educação Especial estruturada em três coordenações: Coordenação-Geral da Política Pedagógica da Educação Especial, Coordenação-Geral da Política de Acessibilidade na Escola e Coordenação-Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistema de Ensino.

De acordo com o Decreto 7.690, de 2 de março de 2012,

Art. 24. À Diretoria de Políticas de Educação Especial compete:

I - planejar, orientar e coordenar, em parceria com sistemas de ensino, a implementação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva;

II - definir e implementar ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, visando a garantir a escolarização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE aos estudantes público-alvo da educação especial, em todos os níveis, etapas e modalidades;

III - promover o desenvolvimento de ações para a formação continuada de professores, a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos e a acessibilidade nos ambientes escolares; e

IV - promover a transversalidade e a intersetorialidade da educação especial, visando a assegurar o pleno acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, em igualdade de condições com os demais alunos.

Dessa maneira, a Diretoria de Políticas de Educação Especial busca alcançar cumprir com suas atribuições por meio das Coordenações e dos programas.

3 OBJETIVOS

- Geral

Analisar as colocações e significados que agentes públicos têm acerca das políticas públicas voltadas para a formação continuada do professor que trabalha em classes.

- Específicos

Caracterizar as colocações sobre as pessoas com deficiência que os agentes públicos expressam de forma a perceber suas crenças a respeito das políticas públicas do governo em relação ao referido público.

Analisar as narrativas expressas pelos agentes.

4 METODOLOGIA

4.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia

A opção Metodológica foi o método qualitativo, na modalidade estudo de caso em função de propiciar maior liberdade ao pesquisador da definição dos critérios de análise e mesmo na compreensão dos resultados, devido a, de acordo com Maciel e Barbato (2010), a investigação qualitativa possuir um caráter essencialmente teórico (BRANCO; VALSINER, 1997, 1999; GONZÁLEZREY, 1997, 1999), no qual percebe-se uma construção que possibilita uma multiplicidade de ideias que aparecem entre aqueles que contam sua realidade e aqueles que a pesquisam.

De acordo com Maciel e Barbato (2010, p.84), “Nessa perspectiva, o curso da produção de informações no trabalho de campo da investigação qualitativa é simultaneamente um processo de produção de ideias no qual toda nova informação adquire sentido para a investigação” e as “categorias teóricas são instrumentos do pensamento que expressam um momento do objeto estudado bem como o contexto histórico onde esse momento aparece como significativo. Nesse processo, a própria história do investigador é fundamental”. (MACIEL; BARBATO, 2010, p.84)

Ressaltando que a pesquisa qualitativa não exige uma definição de hipóteses formais, pois elas são momentos do pensamento do investigador, os quais são comprometidos com o curso da investigação, de forma que as hipóteses estão em constante desenvolvimento. (MACIEL; BARBATO, 2010, p.82).

Com relação aos instrumentos qualitativos, eles podem ser de expressão individual, oral e escrita, ou interativa, pois eles dão um caráter interpretativo-constutivo à produção de conhecimento. (MACIEL; BARBATO, 2010, p.83).

No trabalho em questão foi utilizada a pesquisa qualitativa devido ao fato de que, de acordo com, Souza, Branco e Oliveira (2010, p.364), “Especial atenção é dada às particularidades, aos casos singulares. Os estudos de caso buscam fazer o link entre as vidas individuais e a história social. É a partir do estudo aprofundando dos processos que regularidades significativas poderão ser inferidas e se inscrever no âmbito da teoria científica”.

O instrumento qualitativo utilizado será uma entrevista semiestruturada devido, de acordo com Maciel e Barbato (2010, p.84),

A entrevista ter o propósito de converter-se em um diálogo, em cujo curso as informações vão aparecendo na complexa trama em que o sujeito as experimenta no seu mundo real. No curso desse processo, aparecerão inúmeros elementos de sentido sobre os quais o investigador nem sequer havia pensado, os quais se convertem em elementos importantes do conhecimento produzido, e enriquecerão o problema inicial, surgido de forma unilateral pelo investigador. A investigação é um diálogo permanente em que as opiniões, cosmovisões, emoções, enfim a subjetividade do sujeito estudado passa a ser elemento relevante para o curso do processo, que é impossível de predizer nos seus momentos iniciais.

Logo, a pesquisa realizou-se por meio da análise narrativa e por estudo de caso devido à metodologia de estudo de caso, como já descrito, ser a mais indicada para que se busque alcançar os objetivos propostos.

4.2 – Contexto da Pesquisa

As entrevistas ocorreram no Ministério da Educação, MEC no dia 20 de outubro de 2015, com duas agentes públicas do quadro do Ministério da Educação.

4.3 – Participantes

Participaram do estudo duas agentes públicas do quadro do Ministério da educação, com idade entre 35 e 50 anos, com formação na área de pedagogia, trabalham com educação especial há pelo menos 9 anos, cada uma das participantes, já exerceram ou ainda exercem a função de professora, uma na educação superior e a outra na educação básica, dessa forma conhecem a realidade da educação em Loco.

4.4 – Materiais

Foram utilizadas nessa pesquisa papel, tinta para impressora, caneta, celular galaxy S4 Samsung como gravador.

4.5 – Instrumentos de Construção de Dados

Organizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, com questões abertas, organizadas em dois eixos principais: identificação (nome, formação, início da carreira profissional) e tópicos pertinentes à efetividade das políticas públicas.

4.6 - Procedimentos de Construção de Dados

As entrevistas ocorreram no momento que os participantes trabalhavam, devido a isso houve algumas interrupções para que elas pudessem fazer atendimento externo por telefone. As entrevistas duraram cerca de 15 minutos cada.

As entrevistas ocorreram da seguinte forma, foi preparado um questionário semiestruturado para auxiliar no momento da entrevista e esse foi seguido na medida do possível, algumas perguntas não foram feitas, pois a resposta de uma pergunta já englobava a resposta da questão seguinte. Na medida do possível houve a interação durante a entrevista. As entrevistas foram gravadas e transcritas com a autorização das participantes e o preenchimento dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas individualmente, em espaço definido pelas participantes.

As entrevistas foram bastante produtivas, contudo na entrevista da participante 2 notou-se que a participante se sentiu mais à vontade para falar e expor sua opinião, porém apenas depois de um tempo que a entrevista havia iniciado, por sua vez, na primeira entrevista P1, a participante, se monitorava todo o tempo, aspectos que podem ser constatados nas respostas transcritas nos apêndices B e C deste estudo.

4.7- Procedimentos de Análise de Dados

O primeiro procedimento para a análise de dados foi a transcrição das entrevistas, ouvir e escrever tudo o que foi dito e da forma como foi pronunciado.

Em um segundo momento buscamos organizar os dados segundo a ordem em que foram realizadas as entrevistas com as participantes, referenciando-as como Participante 1 e Participante 2.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram analisados a partir das entrevistas realizadas, e a referência foi a primeira pessoa entrevistada que será tratada como participante 1 e a segunda pessoa entrevistada que será a participante 2. As entrevistas foram gravadas e transcritas pela pesquisadora, serão usados nomes fictícios para não comprometer as participantes.

As estratégias de construção das informações buscam abordar sobre as **concepções e posicionamentos das participantes**² em relação às políticas públicas voltadas para a educação especial especificamente na formação continuada dos professores que trabalham em classes inclusivas de forma a investigar a significação dessas políticas públicas para essas agentes. Essas significações podem nos revelar os posicionamentos que eles constroem sobre o que é planejado e executado através das políticas públicas.

Ao iniciar a entrevista foi questionado à participante 1 sua análise sobre os processos de inclusão da escola regular, ao que ela respondeu com base em sua vivência na universidade quais seriam as dificuldades que ela observava para que essa inclusão fosse efetiva, colocando os pontos existentes e o fato de que aqueles ainda precisariam ser melhorados.

Essa colocação permite pensar na teoria de Bruner (1997 apud De Conti, [20--], p.2) de que os processos sobre a narrativa possibilitam “ao sujeito interpretar os fatos vivenciados, construindo uma significação pessoal sobre eles e, assim, integrar um elemento novo perturbador no ordinário” que foram trabalhados na fundamentação teórica. Nota-se que a vivência da participante P1 na universidade lhe possibilitou formar uma opinião sobre a inclusão mostrando que ela sabe os desafios enfrentados na sua efetivação. Reconhece que ainda precisa melhorar muitas coisas, contudo ela acredita ser possível essa mudança. Essas impressões são perceptíveis em sua fala:

“Agora pensar num país onde a primeira escola para pessoas com deficiência vem de 1800 é muito difícil essa mudança, **mas estamos fazendo é passo-a-passo, cada dia, cada escola, cada cidade e também não dá para generalizar o nosso país porque nós temos grandes centros e que tem escolas bem inclusivas**, temos cidade do interior que ainda nem sabem como fazer isso **então estamos no momento de mudar, nós estamos exatamente num momento histórico, num momento de mudança da inclusão**”. (Destaque nosso).

² Agentes públicos que trabalham na área das políticas de educação especial.

Quando a participante 1 fala sobre uma mudança da inclusão é possível perceber que para ela a inclusão que existe não é ideal. Contudo com trabalho e dedicação essa inclusão pode vir a ser a desejada por todos aqueles que trabalham e se dedicam à área. Sua narrativa mostra a ideia da significação de acordo com De Conti ([20--], p3), que “as pessoas narrativizam experiências particulares de suas vidas geralmente quando há uma ruptura entre o ideal e a realidade, *self* e a sociedade”.

Assim, pode ser percebido que o momento profissional vivido pela participante 1 em relação à inclusão é de uma forte crença de mudança para melhor, ou seja, “um momento histórico de mudança para a inclusão”, porém ainda é uma expectativa, isto é, ainda há uma comparação entre o ideal e a realidade, o *self* e a sociedade, de modo que, aquilo que a participante 1 almeja que aconteça e a realidade social do que realmente acontece por enquanto são coisas diferentes.

Outro ponto a se destacar é que em sua fala é possível concluir como a P1 percebe a inclusão quando no momento da entrevista é dito:

“[...] é o processo de inclusão no Brasil já avançou muito sem a menor sombra de dúvida e nós temos duas correntes, nós temos uma corrente que ainda pensa em cursos segregadores onde você tem que trabalhar com cursos voltados para pessoas com deficiência, como se as pessoas com deficiência, como (s)e a(s) escola(s) fossem caixinhas e nós fossemos dividindo as pessoas em pequenos grupos **e na verdade o processo de inclusão, ele vai na contra mão dessa proposta porque o processo de inclusão é eu não tenho que pensar numa inclusão para pessoa com deficiência eu tenho que pensar numa inclusão da (na) sociedade independente das diferenças sociobiológicas de cada um, sociobiológicas e culturais de cada ser, nós temos que pensar em uma escola que é possível para todas as pessoas [...]**” (Destaque nosso).

Essas colocações permitem, de acordo com De Conti (20--, p.2), pensar a narrativa como formas inerentes de alcançar os conhecimentos que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos. Não sendo lidado “primariamente com um modo de representação, mas com um modo específico de construção e constituição da realidade”. A fala apresentada demonstra que a participante 1 vê a inclusão, a significa como uma forma de unir as pessoas com suas diferenças buscando atender a todos em suas necessidades, parece que ela visa pensar uma escola que seja adequada a todos, isto é, uma inclusão não apenas teórica, mas na prática.

De forma que para participante 1 em sua construção e constituição da realidade, o processo de inclusão é algo viável e que deve ser pensando de forma a abarcar a todos, ou seja,

as escolas não devem ser divididas, mas sim, uma única que atenda a necessidade de todos, de toda a sociedade.

No decorrer da entrevista foi questionado a respeito das políticas voltadas para a inclusão, na qual a resposta foi positiva de que o Brasil possui políticas públicas específicas. Porém, a questão não seria a elaboração das políticas, mas sua efetividade devido a problemas culturais, mostrando realmente que em seu discurso e em sua forma de significação ela acredita nas políticas e percebe o porquê dessas políticas não serem tão efetivas como deveriam.

Essa colocação nos remete à ideia de Bruner (2001 apud De Conti, [20--], p.2), na qual ele coloca que a psicologia cultural “vai estar interessada nas formas através das quais os seres humanos constroem significados nos contextos culturais onde estão inseridos”.

Assim devido a ela trabalhar no Ministério da Educação efetivamente com essas políticas, ela significa, por meio de sua fala, o fato de haver políticas, talvez não eficientes, mas elas existem, enquanto uma pessoa que não se encontra nessa realidade poderia vir a pensar que os problemas estariam na falta de políticas e não na questão cultural para colocar essas políticas em prática, como proposto pela participante 1.

Nas palavras da participante 1 foi dito,

“O Brasil não tem problema de política, digamos que hoje, nós temos, talvez, uma das melhores políticas públicas de inclusão do mundo, estamos é numa..., somos iguais a muitas propostas políticas de países de 1º mundo, nós não temos problemas, o que nós temos é a implantação na mudança de cultura, porque o MEC faz a políticas, mas quem que executa a política passa pelas Universidades que preparam os nossos profissionais que estão nos ensinos, nas escolas, então isso demanda um tempo e não é só uma questão de tempo, as pessoas precisam entender mais, conhecer mais a política para que ela possa ser implantada.” (Destaque nosso)

Outro ponto destacado pela participante 1 é o fato de ela acreditar que haja a necessidade de uma difusão cultural das políticas voltadas para a educação inclusiva, em especial, sobre a formação continuada dos professores. Porém esse ponto não é evidenciado na fala da participante e talvez nem pensado por ela, pois no momento ela é apenas uma gestora que auxilia para que as políticas existentes por meio da legislatura funcionem na prática.

Essa fala pode ser percebida no trecho retirado da entrevista com a participante 1 sobre a opinião dela em relação aos processos de inclusão.

“Eu trabalho mais com as universidades, mas de qualquer forma é o processo de inclusão no Brasil já avançou muito sem a menor sombra de dúvida e nós temos duas correntes, nós temos uma corrente que ainda pensa em cursos **segregadores** onde você tem que trabalhar com cursos voltados para pessoas com deficiência, como se as

peessoas com **deficiência, como (s)e a(s) escola(s) fossem caixinhas e nós fossemos dividindo as pessoas em pequenos grupos e na verdade o processo de inclusão, ele vai na contra mão dessa proposta porque o processo de inclusão é eu não tenho que pensar numa inclusão para pessoa com deficiência eu tenho eu pensar numa inclusão da (na) sociedade independente das diferenças sociobiológicas de cada um, sociobiológicas e culturais de cada ser, nós temos que pensar em uma escola que é possível para todas as pessoas, a partir daí nós temos que fazer o que? Quebrar com os paradigmas que nós temos hoje educacionais, quebrar com esse conteúdo que já está superengessado e pensar que conteúdo vai atender todos os meus alunos dessa escola, com isso há uma mudança de cultura. Mas mudança de cultura, todas as pesquisas mostram que levam pelo menos uma década para que isso possa ocorrer em especial no nosso país que vem de uma história de uma segregação muito forte então isso é um processo que demanda tempo demanda muitos esforços e demanda uma política que ela tem que ser não só colocada, mas ela tem que ser culturalmente difundida porque senão nós corremos riscos de retrocesso.” (destaque nosso)**

Nota-se nos dados que p1 evidencia duas concepções no processo de formação, uma específica e outra generalista. Pontua que a formação deveria abordar o processo de aprendizagem e desenvolvimento em sua totalidade independente das condições sociobiológicas do sujeito. Parece se posicionar contra a perspectiva voltada para a formação exclusiva para trabalhar com cegos, surdos, deficientes intelectuais. Afirma que: “temos que pensar em uma escola que é possível para todas as pessoas”. Nesta perspectiva leva-nos a inferir que a inclusão será possível quando nos relacionarmos com a pessoa em primeiro lugar e não com a deficiência. Evidencia o aspecto das atitudes frente à inclusão social, vai além da perspectiva voltada para a discussão de recursos específicos, infraestrutura, pois evidencia as relações sociais presentes no contexto escolar.

Com relação às políticas desenvolvidas para a melhoria da inclusão, a participante mostrou acreditar nessas políticas, e até chegou a afirmar que o Brasil talvez possua uma das melhores políticas de inclusão do mundo e a questão primordial não se encontra nas políticas, mas em sua execução, ou seja, no processo burocrático, devido a faltar conhecimento por parte dessas pessoas na realização das políticas que ajude em sua implementação.

“O Brasil não tem problema de política, digamos que hoje, nós temos, talvez, uma das melhores políticas públicas de inclusão do mundo, estamos é numa..., somos iguais a muitas propostas políticas de países de 1º mundo, nós não temos problemas, o que nós temos é a implantação na mudança de cultura, porque o MEC faz a políticas, mas quem que executa a política passa pelas Universidades que preparam os nossos profissionais que estão nos ensinamentos, nas escolas, então isso demanda um tempo e não é só uma questão de tempo, as pessoas precisam entender mais, conhecer mais a política para que ela possa ser implantada.” (P1, destaque nosso.)

Outro ponto importante destacado pela p1 foi a questão de serem oferecidos cursos gratuitos para a formação continuada ao professor, na qual a participante pondera que o mec

estabelece parcerias com as universidades na oferta dos cursos. De forma que sua fala leva a algumas reflexões acerca dos cursos ofertados, entre elas: há ou não uma taxa de evasão elevada dos professores em relação aos cursos ofertados? As universidades estão realmente coordenando e ofertando um curso dinâmico e interessante que forme o professor ou o curso apenas informa o professor? Aliado a esses aspectos nota-se nos dados de p1 que ela reconhece que os professores desejam conhecer, entender as políticas públicas, contudo que eles também desejam reconhecimento que de preferência viessem por aumento salarial. Porém essa questão salarial não depende deles que trabalham com as políticas públicas, no fragmento seguinte é possível visualizar trechos da entrevista que tratam desse ponto.

“[...] hoje nós temos um dos maiores programas de formação de professores do mundo realmente nessa área, agora o que está faltando né, **a questão não é a formação do professor porque ele tem o curso a distância na sua maioria, ele tem todo o material didático e ele ainda é certificado pelas melhores universidades do nosso país, mas qual o nosso maior problema é que a gente tem o número de evasão enorme e esse número de (evasão) cada universidade atende uma média de 1000 a 2000 vagas ano , então tem vaga para professor?** Tem. Tem. Esse professor que ele realmente se envolve com os cursos ele consegue mudar sua prática, e é mudando sua prática ele consegue fazer todas as mudanças necessárias na sua escola, o outro lado nós temos o número de evasão enorme dos cursos, por quê? **Porque o professor, de um modo geral, o que que ele quer? Ele quer mais do que reconhecimento, ele quer salário, aí, nós batemos em uma questão extremamente complicada e muitas das pessoas abandonam porque elas não são remuneradas conforme elas acham que deveriam ser e concordo que precisava realmente ser melhor, [...]**”. (P1, destaque nosso).

Verifica-se nessa fala da p1 que há uma oferta imensa de cursos de capacitação a distância, há vagas disponibilizadas, porém o índice de evasão é enorme. Fato que gera um questionamento, por que as taxas de evasão são enormes/ onde está o problema? Como o MEC e as universidades formadoras estão lendo estes dados? Quais posturas políticas estão sendo assumidas diante desta informação?

De forma que é possível perceber que esses profissionais conhecem os problemas existentes, mas não têm competência para resolvê-los devido a para isso haver a necessidade de uma política maior, como por exemplo, uma política nacional de melhores salários para os professores. Contudo a participante 1 em nenhum momento citou sobre a questão de políticas que possam vir a resolver os problemas existentes, mas sim, destacou a questão da existência de políticas para a formação continuada do professor que se encontra em salas inclusivas.

Ainda com relação à formação continuada dos professores que trabalham em classes inclusivas é possível, a partir da fala da participante 1, concluir que os cursos são

disponibilizados, mas a melhoria da prática desse profissional em sala de aula é individual. A participante 1 diz, “Ter a formação não significa que a pessoa vai atuar adequadamente, né, porque isso é de profissional para profissional, agora o importante é que subsídio para mudar a prática dessas pessoas tem-se dado agora, cada um é individual na sua prática diária.”.

A partir da fala da participante 1, pode ser concluído que ela considera que sua parte como gestora é realizada ao serem oferecidos os cursos de capacitação continuada aos professores, outro ponto é se esse curso modifica a prática do professor em sala de aula, contudo o esperado é que isso ocorra.

Podemos ressaltar que a participante 1 entra em conflito no seu discurso sobre a melhoria da inclusão no Brasil, ela reconhece as políticas, a parceria do MEC com as universidades, a oferta dos cursos, porém não há resultados efetivos. Nesse momento percebe-se a questão da ruptura entre o ideal e a realidade, *self* e a sociedade tratados na fundamentação teórica, pois o ideal é que os cursos oferecidos aos professores que trabalham em classes inclusivas mudem sua prática, mas não garante que isso ocorra e as políticas também não o garantem. Esse fato de alguma forma inviabiliza os resultados dos cursos oferecidos aos professores para que eles melhorem sua ação em sala, pois se o resultado não for alcançado de nada terá valido o esforço para a realização desses cursos.

A questão da significação da política pública para as agentes públicas que trabalham com essas políticas é muito interessante devido a perceber-se que as participantes acreditam na educação e em sua mudança, contudo percebem que ainda existem lacunas nas políticas públicas voltadas para a inclusão. Exemplificando com o curso de formação continuada para os professores, pois faltam materiais que comprovem a eficiência desses cursos. Outro ponto a ser destacado é que para ocorrer a mudança tão esperada na educação, é necessária uma mudança de cultura da sociedade.

Todo esse contexto pode ser notado na fala da participante 2, no entanto, ela mostra a preocupação com relação à significação da educação ao afirmar que os recursos são disponibilizados, contudo o professor em sala de aula deve fazer a sua parte,

“[...] porque não adianta nada a gente disponibilizar recursos se você como professora, como gestora continua acreditando que o estudante com deficiência, que ele não tem capacidade e a gente acredita, né, o MEC orienta, no documento está escrito isso da política que o que importa é assim, você tem que disponibilizar os recursos específicos para o estudante [...]”

Nesse momento é percebida a mesma ideia da questão da responsabilidade, por exemplo, a parte das políticas é realizada, porém o resultado será efetivo apenas se houver realização e compromisso das outras partes, no caso específico é citada a parte dos professores.

De acordo com o levantamento feito por Ruggiero e Vaz (2015), evidenciou-se que o MEC tem investido na compra de muitos recursos para o atendimento educacional especializado, recursos que podem ser utilizados por todos os estudantes, independentemente de suas condições sensoriais, intelectuais ou físicas, porém que não são utilizados por 18% das escolas do Distrito Federal.

Dessa forma a participante 2 tem motivos em mostrar uma preocupação com a questão da destinação dos recursos fornecidos pelo governo, se esses recursos serão bem empregados. É perceptível sua preocupação quando ao final de uma resposta ela diz, “assim você ajuda realmente a fazer o correto, né, utilizar o recurso devidamente”. E lembra que os números são importantes para essas políticas, porém ela destaca que no caso da educação inclusiva a qualidade também é considerada. A participante 2 reconhece em sua fala que no início houve dificuldades no uso dos recursos, mas agora, segundo a participante 2, isso já foi superado, principalmente, após a publicação do documento em 2008,

“Na sua opinião, as escolas utilizam os recursos devidamente, assim, auxiliando na educação dos alunos, na inclusão?”

2 Sim, a gente tem, assim, no início, por exemplo, em 2005, foi assim o início, né, da elaboração, toda a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva foi publicada que é um documento de 2008, né, então foi o início de tudo, mas hoje já está bem encaminhado, e não é assim, por exemplo, **que as pessoas costumam dizer que o governo só quer saber de números, né, mas eu que estou aqui na prática percebo isso, né, que tem melhorado muito**”. 2

No decorrer da entrevista, a participante 2 se sentiu mais a vontade para responder a pergunta sobre sua trajetória profissional, pois no começo foi solicitado que ela relatasse como teria iniciado seu trabalho na educação especial e sua resposta foi objetiva, que havia começado em 2005 por meio de concurso. Sua resposta mostra seu receio de se expor para uma pessoa que ela não conhecia, no decorrer da entrevista ela se sentiu à vontade para expor realmente suas ideias sobre como começou a trabalhar na área de educação especial, contudo ainda houve relutância, pois ela falou que já havia respondido a pergunta, mas poderia responder novamente. A seguir os trechos relatados:

*“Me conta como você começou a trabalhar na área de educação especial.
(R) Eu iniciei em 2005 por meio de concurso”.*

Nesse trecho, a cultura pode ser vista como o ambiente contextual em que a participante 2 se encontrava, então a relutância em responder a pergunta poderia ser devido a participante 2 estar pensando, formulando o que essa resposta significaria, pois de acordo com De Conti, (20--, p.3),

“É exatamente quando se busca um estudo sistemático da experiência pessoal e seu significado, ou seja, quando se pretende entender como os eventos têm sido construídos pelos sujeitos ativos, é que a análise narrativa é apropriada. Isso implica dizer que através da narrativa **podemos nos aproximar da experiência, tal como ela é vivida pelo narrador**. A modalidade da narrativa mantém os valores e percepções presentes na experiência narrada, contidos na história do sujeito e transmitida naquele momento para o pesquisador”. (Destaque nosso)

A partir da ideia de De Conti ([20--]) e da narrativa da participante 2, é percebido que a participante não se sentiu à vontade para contar sua trajetória no começo da entrevista devido ao medo de ser julgada por começar a trabalhar com a inclusão antes de acreditar que essa era possível, assim ao realizar a pergunta novamente a participante 2 contou como iniciou sua carreira na educação especial e como sua visão a respeito da inclusão foi modificada, pois antes de trabalhar nessa área ela, como muitas pessoas, não acreditava na ideia da educação inclusiva.

Tanto que na época da graduação teve a oportunidade de fazer uma matéria na área da educação especial e optou por outra, por achar que seria mais produtiva. Nas palavras da participante 2,

“[...] antes de eu entrar no MEC eu estudava na Católica, fazia pedagogia, trabalhava num projeto, então quando começou a inclusão, acredito que deve ter sido quando eu ainda (es)tava lá, foi em 2003 por aí, **eu ouvia as colegas da Secretaria de Educação dizendo que não acreditava, que não existia que era tudo enrolação e eu como estava naquele ambiente, não conhecia o outro lado, eu também não acreditava** tanto que na faculdade, na época me ofereceram educação especial ou pedagogia a que você trabalha com pessoas, não é gestão, esqueci o nome, é a que você trabalha com pessoas, ai eu escolhi essa matéria de gestão **porque eu ouvia era isso, que era só enrolação**, e ai eu também sou da Secretaria de Educação do DF, eu alfabetizo a noite”. 2

A partir desse relato é possível a percepção sobre as ideias de Bruner (1997 apud De Conti, [20--], p.2), que “vê a cultura como um complexo sistema simbólico imbricado no processo de construção de significados”. De maneira que a cultura envolvendo os contextos em que a pessoa vive é o que faz com que seus significados sejam modificados, assim é possível ver que os significados sobre a inclusão foram transformados para a participante 2 no momento em que ela teve uma mudança de contexto social e interações diferentes, devido a ela em sua

fala colocar a respeito da inclusão nos seguintes termos: “porque eu ouvia era isso, que era só enrolação”.

Ao iniciar efetivamente nas escolas a participante 2 começou a trabalhar em uma classe que havia um aluno com muitas deficiências e ao questionar a professora sobre como era o trabalho com esse aluno, a professora simplesmente passou a mensagem de que não acreditava que aquele aluno pudesse vir a aprender algo.

Assim, pode-se refletir que esse aluno foi significado de forma negativa pela escola e principalmente pela professora que não acreditava que ele fosse capaz de aprender ou mesmo que ele não tivesse capacidade para estar ali com os outros em uma sala de aula para alunos que não apresentavam deficiência. Ele era significado de forma negativa pela escola devido a todas as vezes que ele ficava agitado na hora do intervalo as pessoas na escola ligavam para que sua mãe fosse buscá-lo.

O preconceito em relação ao outro, a baixa expectativa pode ser determinante na vida de uma pessoa. No exemplo citado, a professora de sala verbaliza para alguém que não acreditava que seu aluno fosse capaz de aprender, ou mesmo, que ele não tivesse capacidade para estar ali com os outros em uma sala de aula para alunos que não apresentavam deficiência.

A percepção em relação ao aluno era decorrente do comportamento que o aluno com deficiência apresentava no intervalo, agitado. Ao manifestar este comportamento a escola delegava à família para resolver o problema, não assumindo o papel da escola na mediação de novas formas de expressão.

Assim a própria participante 2 afirmou que o ocorrido não podia ser visto como uma integração devido à escola juntamente com a equipe pedagógica não se esforçar para atender às necessidades do aluno e em todos os momentos de dificuldades com o aluno, essa equipe recorrer à família e ao mesmo tempo optar pela manutenção da situação do aluno e não possibilitar formas de lidar com a situação de maneira mais proativa.

A participante 2 ainda afirmou que ao conhecer inicialmente o estudante, também não acreditava em suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento. No entanto, continuou indo à escola e ao trabalhar na prática com este aluno com deficiência, ao interagir com o estudante e não com a deficiência, percebeu que não era condizente como a representação da professora regente em relação ao estudante. Assim, a participante 2 percebia aos poucos a

capacidade do estudante em aprender e, neste processo, a se desenvolver, passando a manifestar outras formas de comportamento e desempenho no ambiente escolar. Nesse momento, pode-se perceber que para a participante 2, o aluno foi significado de outra forma, pois ela acreditou em sua capacidade de aprendizado e desenvolvimento e viabilizou a mediação, a interlocução com o outro, mediante alteração das expectativas frente ao outro. De maneira que ela se relacionou com o outro e não com sua deficiência, essa atitude faz toda a diferença no processo de escolarização de qualquer pessoa.

A partir dessa forma de significação positiva, ela ajudou o aluno com demandas específicas de aprendizagem e desenvolvimento para que o aluno se desenvolvesse. Conseqüentemente, foi mudando sua opinião a respeito da educação inclusiva, transformando uma significação negativa em positiva, passando a acreditar na educação inclusiva como algo que pode ser alcançado, porém depende da disponibilidade do outro diante da diversidade humana. A transcrição dessa parte da entrevista,

“Aí eu vim para cá e tomei posse na Secretaria de Educação em 2005, em junho de 2005, por isso que eu falo que realmente tem que acreditar que a pessoa é capaz. Então em 2005, eu assumi na Secretaria de Educação, aqui no MEC, em outubro de 2005 e quando eu fui para a escola que designaram, na sala de aula tinha um estudante com várias deficiências, tinha problema na visão, tinha também endrocefalia, tinha problema também no coração, tinha deficiência intelectual e aí eu perguntei para a professora, **sem experiência nenhuma**, minha experiência era na área dos jovens e adultos, o que você faz com ele, **aí ela disse: - você finge que ensina e ele finge que aprende.**

Aí eu pensei se eu estou aqui, se eu fui designada é porque vou dar conta, Deus está me dando essa chance, eu vou verificar a folha dele (do aluno) e se eu não conseguir eu pergunto, tiro dúvida com a professora, eu pensei assim. E ela tinha dez anos que era contrato temporário e tinha muitos cursos e eu não tinha experiência nenhuma,

[...]

Então assim, começou tudo isso e eu colocava ele pra brincar na sexta feira que a gente ia para o parquinho e ele participava das brincadeiras, subia escadas, tudo, sabe eu tinha um coração boca família, nunca tive problema nenhum e realmente eu via que ele estava aprendendo. **Ele era muito esperto, e você vê, foi mais um extinto de que eu gosto da minha profissão que eu não sabia de nada e eu consegui e depois que eu vim pra cá e comecei a ver toda a prática, então realmente eu acredito”.** (P2. Destaque nosso.)

É interessante pensar sobre a comparação que a participante 2 fez com o fato de a outra professora ter muitos cursos e ela ter somente a força de vontade mostrando que a diferença, muitas vezes, é feita quando a pessoa acredita e tenta fazer. Essa concepção é compatível com a da participante 1 quando ela afirma que a ação em defesa da inclusão, muitas vezes, é

individual, mesmo dependendo muito das políticas públicas, depende principalmente da vontade e das atitudes das pessoas que estão em sala de aula. Entretanto ela acredita que essa vontade deveria ser compensada em forma de melhores salários, por exemplo, o que na prática não ocorre, nesse momento teríamos outro ponto em relação ao que é almejado e o que ocorre efetivamente.

A partir da fala da participante 2 lembrando sua trajetória, ela lembrou desse menino e disse que precisava ligar para ele, então é possível perceber que ela resignificava tudo o que viveu até aquele momento, essa colocação permite pensar em Lopes de Oliveira (2012, p.2), com relação a dizer que ao narrar nossas vivências “tomamos consciência de nós mesmos”. E essa resignificação foi positiva, mostrando que o processo de inclusão mudou e hoje busca-se essa inclusão das políticas na prática.

Na forma de narrativas, orais e escritas, ouvimos e recontamos nossas histórias e, ao fazê-lo, tomamos consciência de nós mesmos e da própria historicidade em que as linhas sociais e pessoais de desenvolvimento se cruzam. Desse modo, as práticas que evocam narrativas pessoais têm o potencial de prover o que Chandler (2000) denomina uma coerência autobiográfica. A noção de coerência autobiográfica vem substituir uma visão una, permanente, singular, que costumava caracterizar as abordagens *caracterológicas* do *self*, por outra perspectiva, na qual se articulam continuidade e descontinuidade no delineamento de trajetórias de desenvolvimento. (LOPES DE OLIVEIRA 2012, p.2)

Por meio dos relatos apresentados pela participante 2, com relação à sua trajetória profissional, é possível perceber a mudança que houve na sua maneira de perceber a educação inclusiva. Por exemplo, quando ela começou a viver a educação inclusiva, com seu trabalho no Ministério da Educação, na Secretária de Educação Especial (SEEP) e com prática das políticas públicas para a educação especial e em sala de aula inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as entrevistas realizadas pode-se perceber que as agentes que trabalham com as políticas públicas voltadas para a formação continuada do professor acreditam no trabalho realizado, contudo ainda reconhecem problemas e que muitas coisas podem ser melhoradas, porém essa melhoria não ocorre com a rapidez que se gostaria, por exemplo, é citado nas entrevistas pela participante 1 que mudanças como as desejadas demoram pelo menos uma década para acontecerem.

Outro ponto observado é com relação às respostas oferecidas às perguntas realizadas devido a se perceber que algumas perguntas não foram respondidas de acordo com solicitado, pois em todos os momentos as entrevistadas estavam se policiando e normalmente as pessoas não ficam muito à vontade quando se está gravando a conversa realizada.

No decorrer do trabalho e de acordo com as falas das participantes é perceptível a ideia de que para elas, a questão da mudança não é só escolar, mas cultural, no qual há necessidade de uma mudança de pensamento social, porém essa mudança ocorrerá por meio da mudança da escola, de forma que a participante 1 coloca essa ideia quando se refere à necessidade de haver uma quebra de paradigmas educacionais, na qual o mais importante é pensar na inclusão como um todo.

Essa ideia remete ao que foi posto na fundamentação teórica com as ideias de Colaço (2004 apud De Conti, [20--], p.1), na questão da interação social ser importante para que haja uma mudança cultural devido ao participante desse processo o produzir e ser produzido por ele, assim esses agentes serão o produto das políticas, ao mesmo tempo, que são agentes de formação dessas políticas devido a serem as pessoas que trabalham com elas. Tornando-se relevante essa questão de acreditar ou não que as políticas possam fazer diferença para uma verdadeira inclusão.

A partir do que foi apresentando é possível concluir que os agentes que trabalham com as políticas voltadas para pessoas com alguma deficiência ou necessidade educacional especial acreditam nas políticas de inclusão e veem de forma positiva os avanços, desde 2005, quando iniciaram essas políticas. Apesar de elas acreditarem nesse processo de mudança, elas

reconhecem as dificuldades existentes e que para muitas dessas dificuldades a solução não se encontra ao alcance delas.

No âmbito das políticas para a formação continuada dos professores que trabalham com educação inclusiva, baseado na fala da participante 1, é possível concluir que as políticas existem, todavia a efetividade dessas é prejudicada devido à apresentação de problemas, por exemplo, a alta taxa de evasão dos professores, problemas que os agentes não têm autonomia para solucionar, devido a fugir a sua competência a resolução do problema, mas ainda, sim, continuam lutando para que esses não interfiram na melhoria para a efetividade das políticas de inclusão.

Assim, depreende-se que os profissionais que trabalham com as políticas públicas objetivando a formação continuada dos professores significam de forma positiva as políticas públicas voltadas para a formação do educador que trabalhará com a inclusão, mesmo reconhecendo as dificuldades existentes, eles acreditam que elas podem ser superadas, e pensam ser apenas uma questão de tempo para essa melhoria devido a já haver os investimentos necessários. Contudo, os problemas existem e talvez pensar apenas na questão do tempo para solucioná-los pode ser um pouco utópico, entretanto esse assunto não foi tratado durante as entrevistas.

Então, os profissionais que trabalham com as políticas públicas voltadas para a formação continuada do professor que trabalha em classes estão a todo o momento significando seu trabalho de forma positiva e pensando o que pode ser feito para que as políticas públicas voltadas para a formação continuada do professor sejam mais efetivas, mesmo que muitas vezes as ações para essas melhorias não estejam ao seu alcance.

Deste modo, de acordo com De Conti ([20--], p.2), as narrativas nos propiciam estruturar as experiências de mundo e de nós mesmos, não como forma de representar, mas como forma de construir e reconstruir a realidade, podendo ser afirmado que esses agentes estão a todo o momento construindo e reconstruindo sua realidade ao trabalhar com essas políticas, tentando ultrapassar as dificuldades burocráticas em busca de uma inclusão efetiva e não apenas teórica.

Portanto, conclui-se que os profissionais que trabalham com as políticas públicas voltadas para a formação continuada do professor que trabalha em classes estão construindo e reconstruindo sua realidade a cada dia por acreditarem nas melhorias efetivas das políticas públicas voltadas para a inclusão e trabalharem para alcançar esse objetivo diariamente ou

quando estão em contato com as instituições que participam da inclusão ou recebendo alunos deficientes ou pensando formas de melhoria dessas políticas de modo a buscar a diminuição de lacunas para propiciar que as políticas sejam mais efetivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional da Educação de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 27 out.2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEEP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 27 out.2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 22.912**, de 25 de abril de 2002. DODF de 26.04.2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em:<http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/Documento_Subordinario_Educao_Especial.pdf>. Acesso em 21.fev.2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.690**, de 2 de março de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

DE CONTI, Luciane-UFPE. **O estudo das narrativas biográficas em psicologia e suas implicações metodológicas**, [21--]. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Luciane%20De%20Conti%20\(UFPE\).pdf](http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Luciane%20De%20Conti%20(UFPE).pdf)>. Acesso em: 27 out. 2015.

DE OLIVEIRA, M.C.S.L.; BRANCO, A.M.C.U.A.; DE SOUZA, T.Y. Pesquisa Qualitativa e Desenvolvimento Humano: Aspectos Históricos e Tendências atuais. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 20-n.2,p.357-376, Jul./Dez.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/04.pdf>>. Acesso em: 5 de dez.2015.

LOPES DE OLIVEIRA, M.C.S. Narrativas e desenvolvimento da identidade profissional de professores. **Caleidoscópio**, Cad. CEDES vol.32 no.88 Campinas Sept./Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000300008>. Acesso em: 27 out.2015.

MACIEL, D.A.; BARBATO, S. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar**. / Celeste Azulay Kelman [et al.]; coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. – Brasília: Editora UnB, 2010. 280 p.

RUGGIERO, Mayna; VAZ, Tatiana. Falta de estrutura prejudica aprendizado de alunos. In: **CAMPUS. Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da UnB**. Brasília, outubro de 2015.

TEIXEIRA, M.C.A. **Políticas Públicas para Pessoas Com Deficiência no Brasil**, 2010. 131 f. Dissertação (mestrado em administração de empresas) – Escola de administração de empresas em São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

APÊNDICES

APÊNDICE A
MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Aluno: Yara Ribeiro da Silva
Professor(a) - tutor(a) online: Francisco José Rengifo Herrera
Polo: Buritis

Roteiro de Entrevista

1. Qual é seu nome?
2. Me conte como você começou a trabalhar na área de Educação Especial?
3. Como você se sente trabalhando na Diretoria de Educação Especial?
4. Há quanto tempo trabalha na área de Políticas Públicas voltadas para pessoas com deficiência?
6. Como você analisa as políticas públicas no que tange à formação de professores que trabalham com crianças NEEs ou com deficiência?
7. Como você vê o processo de formação do professor que trabalha com crianças que possuem algum tipo de deficiência?
8. Em sua opinião de que forma a ação do professor em sala de aula inclusiva é transformada a partir do momento que o professor tem acesso a uma formação continuada?
9. Como você percebe as políticas públicas voltadas para a inclusão e a formação do professor que lidará com esse processo?
10. Em sua opinião o que pode melhorar para que as ações promovidas pelo MEC para formação continuada dos professores sejam mais eficazes?
11. O que mudou com a extinção da Secretaria de Educação Especial na implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva?
12. Qual a sua percepção sobre as ações que o MEC promove para a formação continuada de professores?
14. Como você se sente trabalhando em uma área do MEC responsável pela implementação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

APÊNDICE B

Transcrição da entrevista – Participante 1

1. *Qual o seu nome?*

(R): Meu nome é Eliana, sou a coordenadora pedagógica dos cursos de formação.

2. *Tem quanto tempo que você trabalha, assim, nessa área, na área de educação especial?*

(R): Primeiro eu sou professora da Universidade Federal de Juiz de Fora motivo pelo qual eu sou coordenadora por ter sido coordenadora de cursos de formação desde 2006 primeiro edital que essa Diretoria instituiu e estou nesse cargo há 1 ano.

3. *Como você analisa os processos de inclusão da escola regular, não sei se é muito a sua área, mas se não for também (pode ser em relação) as universidades?*

(R): Sim. Eu trabalho mais com as universidades, mas de qualquer forma é o processo de inclusão no Brasil já avançou muito sem a menor sombra de dúvida e nós temos duas correntes, nós temos uma corrente que ainda pensa em cursos segregadores onde você tem que trabalhar com cursos voltados para pessoas com deficiência, como se as pessoas com deficiência, como (s)e a(s) escola(s) fossem caixinhas e nós fossemos dividindo as pessoas em pequenos grupos e na verdade o processo de inclusão, ele vai na contra mão dessa proposta porque o processo de inclusão é eu não tenho que pensar numa inclusão para pessoa com deficiência eu tenho eu pensar numa inclusão da (na) sociedade independente das diferenças sociobiológicas de cada um, sociobiológicas e culturais de cada ser, nós temos que pensar em uma escola que é possível para todas as pessoas, a partir daí nós temos que fazer o que? Quebrar com os paradigmas que nós temos hoje educacionais, quebrar com esse conteúdo que já está superengessado e pensar que conteúdo vai atender todos os meus alunos dessa escola, com isso há uma mudança de cultura. Mas mudança de cultura, todas as pesquisas mostram que levam pelo menos uma década para que isso possa ocorrer em especial no nosso país que vem de uma história de uma segregação muito forte então isso é um processo que demanda tempo demanda muitos esforços e demanda uma política que ela tem que ser não só colocada, mas ela tem que ser culturalmente difundida porque senão nós corremos riscos de retrocesso. Se nós pensarmos o que foi o Brasil na década de 80 e 90, nós avançamos muito, temos aí grandes exemplos, escolas excepcionais que mostram excelentes práticas e nós vamos mudando. Agora pensar num país onde a primeira escola para pessoas com deficiência vem de 1800 é muito difícil essa mudança, mas estamos fazendo é passo-a-passo, cada dia, cada escola, cada cidade e também não dá para generalizar o nosso país porque nós temos grandes centros e que tem escolas bem inclusivas, temos cidade do interior que ainda nem sabem como fazer isso então estamos no momento de mudar, nós estamos exatamente num momento histórico, num momento de mudança da inclusão.

4. *E com isso, dentro disso, como é que você analisa a questão das políticas que a gente tem hoje?*

(R) O Brasil não tem problema de política, digamos que hoje, nós temos, talvez, uma das melhores políticas públicas de inclusão do mundo, estamos é numa..., somos iguais a muitas propostas políticas de países de 1º mundo, nós não temos problemas, o que nós temos é a implantação na mudança de cultura, porque o MEC faz a políticas, mas quem que executa a política passa pelas Universidades que preparam os nossos profissionais que estão nos ensinos, nas escolas, então isso demanda um tempo e não é só uma questão de tempo, as pessoas precisam entender mais, conhecer mais a política para que ela possa ser implantada.

5. *Como você o processo de formação do professor que trabalha com crianças deficientes, assim como você acha que muda a ação do professor a partir do momento que ele tem acesso à formação continuada para poder lidar em sala de aula com esses alunos?*

(R) Veja, atualmente nós temos 52 universidades públicas e o MEC tem um catalogo de cursos, nós temos 32 cursos voltados, esses cursos são dados totalmente gratuitos que são cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização com todo o material didático produzido pelos professores expert da área, entregue gratuitamente a todos esses professores, então hoje nós temos um dos maiores programas de formação de professores do mundo realmente nessa área, agora o que está faltando né, a questão não é a formação do professor porque ele tem o curso a distância na sua maioria, ele tem todo o material didático e ele ainda é certificado pelas melhores universidades do nosso país, mas qual o nosso maior problema é que a gente tem o número de evasão enorme e esse número de (evasão) cada universidade atende uma média de 1000 a 2000 vagas ano , então tem vaga para professor? Tem. Esse professor que ele realmente se envolve com os cursos ele consegue mudar sua prática, e é mudando sua prática ele consegue fazer todas as mudanças necessárias na sua escola, o outro lado nós temos o número de evasão enorme dos cursos, por quê? Porque o professor, de um modo geral, o que que ele quer? Ele quer mais do que reconhecimento, ele quer salário, aí, nós batemos em uma questão extremamente complicada e muitas das pessoas abandonam porque elas não são remuneradas conforme elas acham que deveriam ser e concordo que precisava realmente ser melhor, em alguns municípios tem situação agravante que eles pagam professores a mais até 20% do seu salário se eles têm pessoas com deficiência em sua sala de aula. Então a questão é muito mais complexa, não se responde em um único questionário, o certo é que esse envolvimento ele é muito individual. Ter a formação não significa que a pessoa vai atuar adequadamente, né, porque isso é de profissional para profissional, agora o importante é que subsídio para mudar a prática dessas pessoas tem-se dado agora cada um é individual na sua prática diária.

(Y) *Entendi.*

6. *Como você se sente trabalhando nessa área de educação especial aqui no MEC?*

(R) Extremamente satisfeita porque como eu coloquei anteriormente, eu vim por uma experiência prática de um curso de inclusão da educação física, talvez um dos poucos do Brasil foi coordenadora desse curso há quase 10 anos e por ter conhecido a prática de norte a sul desse país, por ter capacitado mais de 10 mil professores, me sinto extremamente a vontade de assumir esse cargo por ter adquirido uma experiência no momento em que foi criado o que nós chamamos da rede de formação de professores e com isso me sinto muito a vontade nesse cargo porque eu acredito na proposta, eu acredito nessa política, ela é possível, ela é viável e financiável, então há uma mudança sim de paradigmas e aí me sinto extremamente satisfeita, pois nós estamos vendo a cada dia nos relatos dos familiares e mais do que isso nos índices se nós pegarmos o número de escolas que trabalhavam com a inclusão há 5 anos atrás e o número hoje e esses dados nós temos todos tabulados assim como o número de alunos que estavam em escolas regulares e em escolas segregadoras também é um número enorme então hoje nós temos dados suficientes tanto quantitativos quanto qualitativos para dizer que essa política, estamos no caminho certo e que nós estamos em prol de uma mudança educacional do país, onde nós (es)tamos prezando por uma educação para todos.

7. *Eu não sei se você já estava aqui na época que a Secretaria de Educação Especial deixou de ser Secretária para poder torna-se SECADI, aí tornou-se Diretoria, como você vê esse processo de mudança?*

(R): Bom, no momento eu não estava aqui, neste momento eu estava do outro lado na Universidade, né, para poder fazer essa, então eu acompanhei não diretamente como gestora aqui dentro. Não tenho ainda uma formação muito ajustada, é claro quando você deixa de ser uma secretária para ser uma diretoria, sem dúvida você perdeu espaço político, mas nem por isso as ações não estão sendo contempladas, então hoje eu como coordenadora não poderia dar uma opinião diferenciada porque eu não vivi aqui como gestora nesse momento, agora o certo o que eu posso dizer é que estando na Universidade, em todos os dois momentos a política continuou avançando, então independente de ser secretária ou diretoria houve um avanço naquilo que se almeja, né, no respeito à diversidade.

APÊNDICE C

Transcrição da Entrevista – Participante 2

1. *Então qual o seu nome?*

(R) É Gabriela.

2. *Me conta como você começou a trabalhar na área de educação especial.*

(R) Eu iniciei em 2005 por meio de concurso.

3. *Como você se sente trabalhando nessa área? Você gosta?*

(R) Eu gosto tanto que estou aqui desde 2005, continuo aqui, eu gosto muito porque tenho contato, né, por meio dos programas, eu tenho contato com os municípios, com os estados e eu sou pedagoga, então, assim, eu acho bacana o trabalho porque a gente está aqui e eles do lado de lá, né, então somos parceiros e eu sinto assim que a gente consegue fazer a diferença, né, com as orientações, com o atendimento, tirando as dúvidas, isso é muito importante, eu gosto bastante.

4. *Você trabalha mais ou menos com qual área?*

(R) Aqui eu trabalho com os programas escola acessível que é um recurso que o FNDE disponibiliza para as escolas receberem salas de recursos nutricionais e esse recurso é para a acessibilidade da escola, né, então assim, disponibiliza o recurso, o recurso é pelo PDDE, vai direto para a escola o gestor faz um plano de atendimento e envia para a Secretaria municipal e estadual por meio do SIMEC e enviam para nós e eu e os colegas da equipe, né, fazemos a verificação se o projeto plano de atendimento por meio do SIMEC está correto, se estiver correto nós finalizamos se não nós damos as orientações, então é muito bacana assim você ajuda realmente a fazer o correto, né, utilizar o recurso devidamente.

5. *Na sua opinião as escolas utilizam os recursos devidamente, assim, auxiliando na educação dos alunos, na inclusão?*

(R) Sim, a gente tem, assim, no início, por exemplo, em 2005, foi assim o início, né, da elaboração, toda a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva foi publicada que é um documento de 2008, né, então foi o início de tudo, mas hoje já está bem encaminhado, e não é assim, por exemplo, que as pessoas costumam dizer que o governo só quer saber de números, né, mas eu que estou aqui na prática percebo isso, né, que tem melhorado muito.

(Y) Então a gente acaba que tem uma qualidade, não é só questão numérica, né.

(R) Sim. É claro que não.

(Y) Que é o que mais influencia, né.

(R) É.

6. *Mas você trabalha com a área de formação do professor?*

(R) Não. A formação é na outra ponta, lá, na outra coordenação. Eu trabalho também com tirar dúvidas, a parte pedagógica é comigo, né, o professor tem uma dúvida, por exemplo na área.

7. *Como você percebe essas políticas públicas voltadas para a inclusão?*

(R) O governo tem disponibilizado muitos recursos, bastante mesmo, e tem melhorado muito.

8. *Na sua opinião o que foi que mudou com a extinção da Secretária de Educação especial para a diretoria, assim, quando se transformou em diretoria?*

(R) É cresceu mais, né, porque antes a gente era SESP, Secretaria de Educação especial, ai depois a gente formou com a SECADI, né, que Secretaria de Educação Especial perspectiva de educação inclusiva, então agora a gente atende muito mais, a demanda aumentou muito mais, né, tem os direitos humanos, tem os quilombolas, a educação do campo, é a do meio ambiente, né, então abrangeu muito.

(Y) Então você vê como uma coisa positiva?

(R) É claro.

(Y) Por que, as vezes, eu pensei assim, deixou de ser Secretária e virou Diretoria, então a importância que foi dada diminuiu, mas no caso não?

(R) Não, que até por exemplo, eu trabalho também com o PAR que é o plano de articulação, por exemplo, o município elabora um plano e envia para nós, nós vamos fazer a análise, né, aí a gente tem essa interação tanto nós aqui da educação especial, né, como por exemplo, com os dos quilombolas, com a educação do campo e do meio ambiente, então a gente vai somando as nossas experiências com as experiências deles, então foi muito bom, só teve a somar, acrescentar, aumentou a equipe, né. Sabe, bem bom.

9. *Eu não sei se já perguntei, mas como você sente trabalhando aqui no MEC, com essas políticas, na área de inclusão?*

(R): Foi a primeira pergunta, eu já respondi na primeira, mas posso responder novamente. Então eu realmente acredito que tem melhorado muito a educação inclusiva, principalmente a parte do preconceito, porque a primeira coisa que tem que mudar é o preconceito.

(Y)O pensamento da sociedade?

(R) É, porque não adianta nada a gente disponibilizar recursos se você como professora, como gestora continua acreditando que o estudante com deficiência, que ele não tem capacidade e a gente acredita, né, o MEC orienta, no documento está escrito isso da política que o que importa é assim, você tem que disponibilizar os recursos específicos para o estudante com deficiência, se você disponibiliza o recurso para ele, o recurso específico, vai verificar o que ele precisa, realmente ele vai conseguir, agora se você não disponibiliza, então você tem que acreditar e parar com aqueles paradigmas dizendo que o estudante não é capaz, mas infelizmente a gente ainda escuta isso. Tanto que, por exemplo, antes, antes de eu entrar no MEC eu estudava na Católica, fazia pedagogia, trabalhava num projeto, então quando começou a inclusão, acredito que deve ter sido quando eu ainda (es)tava lá, foi em 2003 por aí, eu ouvia as colegas da Secretaria de Educação dizendo que não acreditava, que não existia que era tudo enrolação e eu como estava naquele ambiente, não conhecia o outro lado eu também não acreditava tanto que na faculdade, na época me ofereceram educação especial ou pedagogia a que você trabalha com pessoas, não é gestão, esqueci o nome, é a que você trabalha com pessoas, aí eu escolhi essa matéria de gestão porque eu ouvia era isso, que era só enrolação, e aí eu também sou da Secretaria de Educação do DF, eu alfabetizo a noite.

(Y) Mas lá na sua sala tem alguém que tenha alguma necessidade, assim, alguma deficiência?

(R) Tem, mas aqui no DF precisa de ter um lado e tudo e como ele é um adulto e vai ter que ir e tudo...

(Y)Aqui no DF é mais complicado para você ter acesso a essa educação especial, né, quer dizer você precisa, mas a burocracia não faz com que a pessoa consiga...

(R): É tem essas dificuldades mesmo que a gente oriente e tudo, tem que ter o laudo. Aí eu vim para cá e tomei posse na Secretaria de Educação em 2005, em junho de 2005, por isso que eu falo que realmente tem que acreditar que a pessoa é capaz. Então em 2005, eu assumi na Secretaria de Educação, aqui no MEC em outubro de 2005 e quando eu fui para a

escola que designaram na sala de aula tinha um estudante com várias deficiências, tinha problema na visão, tinha também hidrocefalia, tinha problema também no coração, tinha deficiência intelectual e aí eu perguntei para a professora, sem experiência nenhuma, minha experiência era na área dos jovens e adultos, o que você faz com ele aí ela disse: - você finge que ensina e ele finge que aprende.

Aí eu pensei se eu estou aqui, se eu fui designada é porque vou dar conta, Deus está me dando essa chance, eu vou verificar a folha dele e se eu não conseguir eu pergunto, tiro dúvida com a professora, eu pensei assim. E ela tinha dez anos que era contrato temporário e tinha muitos cursos e eu não tinha experiência nenhuma, até que a Diretora falou “fica hoje aqui para você ir aprendendo e aí a mãe chegou com ele, eu dei um “oi, tudo bem”, beijinho, beijinho, ele teve aquela resistência toda, né e aí a mãe disse “há como você é novata e está chegando hoje, eu não vou deixá-lo porque hoje vou sair”, mas eu não entendi. Aí com o dia a dia que eu fui entendendo, aí a única coisa que eu percebi de diferente é que depois do intervalo ele ficava um pouco mais cansado e aí eu mudava as atividades, aí depois que eu fui entender, a mãe não deixou ele comigo porque toda vez que ela saía de casa, se ele chorava, depois do intervalo, eles ligavam para a mãe ir buscá-lo, entendeu? Então era dessa maneira e isso é uma maneira de você estar integrando porque antigamente o nome era integração e depois que mudou para inclusão. Na verdade você não está incluindo esse aluno, (vo)cê não está disponibilizando recurso nenhum para ele, (vo)cê está fingindo que está incluindo esse estudante. E aí como ele tinha muita dificuldade, por exemplo, de locomoção, eu tinha que levá-lo ao banheiro, e tudo, porque eu não sabia que quando a gente tem um estudante com dificuldade para locomoção para higienização, né, ou para comunicação, tem direito a um monitor, né, mas eu não sabia de nada disso, então eu que levava ao banheiro, acho que nem a escola sabia também, que eu que levava ao banheiro, tudo, no intervalo, eu não ficava na sala dos professores eu brincava com ele, então para não deixá-lo sozinho na sala dos professores, eu brincava, fazia o recreio, mas eu interagia todas as crianças, então eu fui descobrindo que... por isso que eu te falo que primeiro você tem que aceitar e ir sem preconceito, sem nada, e ele desenvolvia, e hoje mesmo eu lembrei dele, deve estar bem grandinho, né. É pensei tenho que dar um jeito de descobrir onde ele está para fazer uma visita. Então assim, começou tudo isso e eu colocava ele pra brincar na sexta feira que a gente ia para o parquinho e ele participava das brincadeiras, subia escadas, tudo, sabe eu tinha um coração boca família, nunca tive problema nenhum e realmente eu via que ele estava aprendendo. Ele era muito esperto, e você vê, foi mais um extinto de que eu gosto da minha profissão que eu não sabia de nada e eu consegui e depois que eu vim pra cá e comecei a ver toda a prática, então realmente eu acredito.

(Y): Então seria mais uma mudança de pensamento da sociedade para a gente conseguir ter uma verdadeira inclusão?

(R): É e aliado aos recursos específicos, se você não disponibiliza recursos nenhum também.

(Y): É, mas a gente já tem os recursos disponibilizados desde 2005, mas a questão da sociedade que é um problema que a gente ainda não conseguiu.

(R): É, as vezes a própria escola que tem essa dificuldade e ainda não conseguiu...

(Y) Vários relatos que li a respeito os professores normalmente pensam assim mesmo, pensa que o menino não vai dar conta...

(R): É aí aquela velha história de dizer que não tem formação, não, é? Mas o governo disponibiliza muitas formações até aqui na Secretária de Educação têm muitos cursos bons.

(Y) Que auxiliem né, o professor para ele poder lidar ...

(R): Mas é tudo um processo, né, a gente vai aos poucos melhorando.

(Y) Tá bom. Obrigada.

ANEXOS



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, residente e domiciliado _____ à (endereço) _____, autorizo o(a) Sr(a) _____ inscrito no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____ realizar uma entrevista por vídeo ou áudio, sobre o processo de inclusão de um estudante com necessidades educacionais especiais (com deficiência ou altas habilidades/superdotação) para o estudo e aprofundamento das temáticas discutidas no Módulo VI (Processos de ensino-aprendizagem – Parte II – Construindo e Organizando Contextos de Ensino-Aprendizagem Inclusivos – Reflexões sobre a diferença) do Curso: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar . O vídeo ou áudio serão exclusivamente utilizados para este fim.

_____, _____ de maio de 2015.

Assinatura do Professor(a) Entrevistado(a)

Assinatura do aluno(a) do curso EsDH



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou estudante do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **a significação da formação dos educadores à luz das políticas públicas de inclusão para profissionais que trabalham com a letra da lei**. Este estudo visa a mostrar as políticas existentes para a formação continuada do professor na área da educação especial e como o profissional que trabalha nessa área percebe essas políticas.

Constam na atividade: entrevistas (gravadas em áudio) com os agentes públicos no intuito de identificar as políticas existentes para a formação continuada do professor na área de educação especial e como o profissional que trabalha nessa área percebe essas políticas.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (61) 84671710 ou no endereço eletrônico yara.etb@gmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Yara Ribeiro da Silva

Estudante do curso em EsDH _ UAB – UnB

Sim, autorizo a participação de meu(minha) filho(a) _____
neste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

Local e Data: _____